Porto, 22 junho 2012

Mostrar que a Europa tem uma Visão e um Projeto Social! - Defender a Proteção Social, lançar um Pacto de Investimento Social e envolver sistematicamente todos os *stakeholders* a nível nacional e da UE.

Exmo. Senhor Primeiro-ministro

Nos dias 28 e 29 de junho, o Conselho Europeu vai reunir para discutir soluções para a crise da Zona Euro e para rever o progresso ao nível da Estratégia Europa 2020, incluindo as recomendações específicas para cada país. Estas considerações não devem ser apenas sobre a situação económica, mas é urgente discutir o impacto social e democrático. A Europa está a atravessar uma crise profunda. A Solidariedade e a Visão Europeia baseada na paz, justiça, segurança, dignidade e solidariedade está a ser diariamente minada, acompanhado por uma redução da proteção social e dos apoios aos cidadãos na maioria dos Estados-Membros[1]. Demonstrar que a Europa pode tornar-se uma Europa mais social, defendendo os direitos sociais e o Modelo Social, através de ações concretas e de um verdadeiro envolvimento de todos os *stakeholders* a nível nacional e europeu, pode fazer toda a diferença. Pode igualmente dar alguma esperança, tão necessária, para o futuro, especialmente para aqueles que vivem em situação de pobreza e enfrentam as consequências mais graves da crise.

Os delegados da Assembleia-geral da EAPN, que teve lugar em Oslo, entre 7 e 9 de junho, enviaram uma mensagem forte às instituições da UE e aos Governos nacionais, expressando que a **'Austeridade' não está a funcionar**, arrastando as pessoas para situações de pobreza ainda mais extremas e fazendo com que os 'pobres' paguem o preço da crise que não criaram. O fracasso em preservar o bem-estar social no apoio concedido à Grécia e a outros países intervencionados pela Troika, está a deteriorar o sentimento de solidariedade na UE, sem qualquer consideração pelas consequências sociais a curto e longo prazo. Conforme foi salientado pelo recém-eleito Presidente da EAPN, Sérgio Aires: *"Enquanto o combate à pobreza e à exclusão social e a defesa do Modelo Social Europeu não forem verdadeiras prioridades para a política europeia, vamos continuar neste caminho para a desintegração".*[2]

A Meta de Redução da Pobreza é invisível na Europa 2020

[1] Eurobarómetro 2012.
[2] EAPN (junho 2012), Declaração Final da Assembleia-geral da EAPN, Oslo, 6-8 junho.

EUROPEAN ANTI-POVERTY NETWORK
RESEAU EUROPEEN DES ASSOCIATIONS DE LUTTE CONTRE LA PAUVRETE ET L'EXCLUSION SOCIALE
SQUARE DE MEEUS, 18 – 1050 BRUXELLES
TEL : 0032 2 226 58 50 – FAX : 0032 2 226 58 69

A EAPN analisou os Planos Nacionais de Reforma (PNR) em 2011[3] e prosseguiu o seu envolvimento na Estratégia Europa 2020, tentando contribuir com o conhecimento das pessoas que vivem em situação de pobreza e propondo soluções concretas para a redução deste fenómeno. *No entanto, os membros da EAPN sentem-se cada vez mais defraudados com os resultados:*

- O envolvimento de todos os *stakeholders* não foi reforçado na maioria dos países, sendo frequentemente um diálogo virtual. Apenas 12 redes nacionais da EAPN conseguiram envolver-se, de alguma forma, e apenas 2 sentiram que suas opiniões foram levadas a sério, num processo de auscultação e de diálogo profícuo.
- A meta de redução da pobreza não está a ser levada a sério, com os objetivos nacionais a atingir apenas 12 milhões de pessoas em vez dos prometidos 20 milhões e com quase metade dos países a evitar os indicadores de pobreza acordados pela UE.
- A exclusão dos países intervencionados pela Troika da exigência de elaboração e submissão de PNR, liberta-os da obrigação de garantir o progresso relativamente à redução da pobreza e às outras metas sociais e a necessária monitorização de tais compromissos.
- A prioridade na Análise Anual do Crescimento para combater o impacto social da crise é contrariada pelo enfoque na consolidação fiscal através de medidas de austeridade. Estas têm contribuído para o aumento da pobreza e a exclusão social em 2 milhões, desde 2009, e representam um ataque sistemático aos estados de bem-estar, particularmente nos países intervencionados pela Troika.
- As referências à pobreza em todos os PNR continuam a ser muito escassas e restringem-se a soluções focalizadas no emprego, nomeadamente em termos de oferta de mão-de-obra: o endurecimento da ativação, com poucas medidas concretas orientadas para a criação de emprego de qualidade, ou para o apoio individualizado à inclusão ativa integrada (apoio ao rendimento adequado, mercados de trabalho inclusivos e acesso a serviços de qualidade).
- As transferências sociais que reduzam a pobreza em 40% (incluindo a proteção social, rendimento mínimo e a garantia do acesso a serviços sociais e de saúde de qualidade) são largamente ignoradas ou mesmo atacadas.
- Embora existam iniciativas importantes sobre o desemprego juvenil, abordagens estratégicas sistemáticas para combater a pobreza e a exclusão de todos os grupos, com base em estratégias abrangentes e integradas, baseadas nos direitos, estão em grande parte ausentes para determinados grupos como: crianças, idosos, sem abrigo, pessoas com deficiência ou que sofrem de doença prolongada ou doença mental, migrantes (incluindo aqueles que se encontram em situação irregular), comunidades ciganas e outras minorias étnicas.
- São propostas algumas abordagens positivas sobre abandono escolar, mas há um enfoque excessivo na redução de números, ao invés de abordagens integradas que assegurem a educação inclusiva e sistemas de aprendizagem ao longo da vida, o apoio conjunto aos jovens, envolvendo famílias, escolas e

[3] EAPN (novembro 2011), Deliver Inclusive Growth – EAPN Assessment of NRP's.

comunidades locais, fornecendo soluções direcionadas para grupos específicos, como por exemplo as comunidades ciganas.

- Os programas dos fundos estruturais são ainda escassos, enquanto utilizados como forma sistemática de apoio às iniciativas de inclusão social e de redução da pobreza, particularmente no que se refere à inclusão ativa.
- Nas Recomendações da Comissão Europeia específicas por país, apenas são apresentadas 5 Recomendações sobre a Pobreza, em comparação com a esmagadora maioria focalizada na consolidação fiscal e nas exigências do Pacto Euro Mais.
- Estes resultados transmitem pouca confiança de que a UE leva a sério a meta de redução da pobreza, ou sobre o impacto social da austeridade, estando mais preocupados em acalmar os mercados.

Défice Democrático a nível nacional e da UE

Existe igualmente uma preocupação crescente sobre como são tomadas as decisões da UE. Por detrás dos rótulos: governação económica, Euro Mais, *Fiscal Compact*, os seis e os dois recentes pacotes, a UE está a tomar decisões radicais que permitem a interferência direta no financiamento e execução da segurança social e sistemas de proteção social dos Estados-Membros, com um reduzido envolvimento dos parlamentos nacionais ou auscultação dos cidadãos dos Estados membros, em particular os mais vulneráveis. Este não é apenas um ataque direto ao bem-estar nacional, mas deteriora o processo democrático de tomada de decisão. Mesmo dentro da Estratégia Europa 2020, como destacado anteriormente, o envolvimento dos *stakeholders* nos PNR foi diminuto (ainda menos do que no ano passado) com exemplos da quase inexistência de um diálogo expressivo. Isto não só prejudica a credibilidade da Europa 2020 e o apoio à governação económica, como a UE perde também a oportunidade de envolver os atores de terreno, aproveitando a sua experiência e conhecimento, para obter apoios para o projeto europeu, num momento em que este está gravemente ameaçado.

É NECESSÁRIO:

1. Dar prioridade à redução da pobreza e parar o ataque aos Sistemas de Proteção Social

- Acordar objetivos / metas nacionais de combate à pobreza, utilizando uma percentagem de redução em todos os 3 indicadores[4] e tornando obrigatório, pelo menos, uma Recomendação específica sobre a redução da pobreza para cada Estado-Membro, em pé de igualdade com os outros objetivos.
- Exigir estratégias integradas, abrangentes, incluindo o acesso a empregos de qualidade, apoio ao rendimento e serviços para combater a pobreza direcionados a todos os grupos com base nos objetivos comuns do Método Aberto de Coordenação Social, bem como das Orientações Integradas de Emprego.

[4] Em risco de pobreza, privação material grave e baixa intensidade de trabalho.

- Sistemas de proteção social e de saúde de mínimos *(Red Line)*[5], incluindo o rendimento mínimo, acordando um objetivo para defender níveis adequados de gastos, de monitorização da implementação da Europa de 2020 e da RSE (Responsabilidade Social das Empresas).
- Realizar, urgentemente, avaliações públicas sobre o impacto social e na saúde, que estimem a curto e a longo prazo o impacto social e económico das medidas de austeridade nos serviços públicos, envolvendo peritos independentes e outros intervenientes, incluindo as pessoas em situação de pobreza e as ONGs, devendo estas ser debatidas nos parlamentos nacionais.
- Acordar Diretrizes / Grupos de Ação, com a Comissão, para assessorar o processo inclusivo de consolidação fiscal, nomeadamente: a defesa de uma proteção social e serviços de saúde adequados, incluindo um rendimento mínimo, evitando os custos e um impacto social / saúde negativo e promoção do crescimento inclusivo.

2. Apresentar um Pacto de Investimento Social

Enviar uma mensagem forte de que a austeridade não está a funcionais, sendo necessário adotar um pacote de estímulo ao investimento social nas pessoas centrado no emprego, serviços e proteção social e de saúde adequados, para impulsionar o crescimento inclusivo e sustentável. Apoiar a investigação e a sensibilização sobre os custos a longo prazo e os benefícios do investimento social eficaz e os custos de impacto/preço a longo prazo da austeridade. Tal pacto tem de incorporar um pacote de estímulo público, aproveitar os fundos comunitários e ser desenvolvido através da consulta ativa dos *stakeholders*, podendo incluir:

- **Investimento em empregos de qualidade:** criar empregos de qualidade respondendo tanto às necessidades sociais como de sustentabilidade através da economia social;
- **Investimento na inclusão ativa**: garantir o acesso a postos de trabalho para todos os grupos desfavorecidos, dando prioridade a abordagens integradas e individualizadas para a inclusão dos diferentes grupos e indivíduos, com base nas experiências de sucesso da economia social e de iniciativas comunitárias das ONG.
- **Investimento na proteção social:** assegurar uma cobertura universal, promover uma Diretiva-Quadro da UE para garantir o rendimento mínimo adequado acima da linha da pobreza[6], orientações para aumentar a aceitação e contrariar a estigmatização;
- **Investimento em serviços inclusivos**: promover o acesso universal a todos os principais serviços públicos (a preços acessíveis) como: habitação energeticamente eficiente com apoio explícito à habitação social, saúde pública e redução das desigualdades, transportes públicos, atendimento e serviços de saúde de qualidade, apoio personalizado ao emprego, aconselhamento sobre endividamento, serviços sociais integrados, incluindo serviços de ONG direcionados para a comunidade.

---

[5] Ver carta aberta ao Conselho Europeu: *EU leaders must focus on sustainable, equitable Europe that fosters and is sustained by a healthy population (EPHA supported by EAPN and other NGO/Social Partner and other actors) 22.06.12.*

[6] EAPN e Anne Van Lanker (2010), *Working document on a EU Framework Directive on Minimum Income.*

- **Investimento numa educação ao longo da vida inclusiva**: escolas inclusivas para todos; qualidade da aprendizagem na primeira infância; de apoio integrado / conjunto com as famílias, escolas, comunidades e empresas; aprendizagem de qualidade ao longo da vida, incluindo atividades informais/não-formais.

- **Investimento na igualdade e na não discriminação**: dar prioridade à luta contra as desigualdades através de medidas anti-discriminação que garantam a igualdade de acesso ao emprego e serviços.

- **Utilizar os fundos da UE para a inclusão**: apoiar a proposta da Comissão, de pelo menos 25% para o FSE e 20% para a redução da pobreza e a inclusão social. (Veja a campanha europeia das ONG: 20% para a redução da pobreza);

- **Financiar através da Justiça Tributária e de um regime fiscal favorável ao crescimento inclusivo**: definir orientações para o financiamento sustentável e recuperação inclusiva através de uma política fiscal equitativa - impostos sobre a fortunas, imposto progressivo sobre o rendimento, imposto sobre a propriedade e o capital, abolir os impostos sobre os baixos rendimentos, imposto sobre o risco ambiental e social, uma ação coordenada da UE sobre fraude e evasão fiscal, incluindo os paraísos fiscais. Realizar uma avaliação do impacto social das propostas fiscais favoráveis ao crescimento e eficácia no financiamento da proteção social e investimento social.

3. Garantir um processo social participativo e democrático.

- Garantir a igualdade entre os objetivos sociais e económicos, assumindo igual papel os ministros dos assuntos sociais, das finanças nas Direções-gerais da Comissão e Comités no Parlamento Europeu.

- Recuperar o debate democrático e a responsabilização, reforçando o papel e a voz dos parlamentos europeu e nacionais no processo de tomada de decisão.

- Desenvolver, em conjunto com todos os *stakeholders,* orientações obrigatórias, indicadores e monitorização (através de Europa 2020) que inclua uma verdadeira abordagem de parceria e de auscultação de todas as partes interessadas, transparente e sistemática, a nível nacional, através dos PNR e dos Relatórios Sociais Nacionais (RSN) e em todas as fases: elaboração, revisão e implementação, e de intercâmbio de boas práticas, bem como na Plataforma Europeia contra a Pobreza.

- Garantir o financiamento para apoiar a sociedade civil e os parceiros sociais num trabalho de análise e de avaliações independentes sobre os PNR e RSN no sentido de sensibilizar e promover o debate público.

Apelamos para que V. Exa. tenha em consideração as nossas propostas para promover uma Europa mais social, e inclusiva, num momento em que o projeto europeu está em risco. Nos próximos meses, iremos desenvolver estas propostas mais detalhadamente com nossos membros. Esperamos que o cumprimento do compromisso com o envolvimento ativo, aos níveis nacional e europeu, nos Programas Nacionais de Reforma e nos Relatórios Sociais Nacionais (bem como outros elementos da estratégia Europa 2020, incluindo a Plataforma contra a Pobreza), constitua uma verdadeira oportunidade de ver estas ideias debatidas e mais desenvolvidas.

Sem outro assunto de momento, subscrevemo-nos com os melhores cumprimentos.

Atenciosamente,

Sérgio Aires

Presidente da EAPN Europa

Agostinho Jardim Moreira

Presidente da EAPN Portugal

Cc:

Herman Van Rompuy, Presidente do Conselho Europeu

Helle Thorning-Schmidt, Presidente do Conselho da União Europeia

Martin Schulz, Presidente do Parlamento Europeu

José Maria Barroso, Presidente da Comissão Europeia

Mais informação em:

Propostas da EAPN sobre as Recomendações Específicas por país (junho 2012)

Carta ao Conselho EPSCO (18 junho 2012)

Declaração Final da Assembleia-geral da EAPN, Oslo 6-8 junho 2012

EUROPEAN ANTI-POVERTY NETWORK
RESEAU EUROPEEN DES ASSOCIATIONS DE LUTTE CONTRE LA PAUVRETE ET L'EXCLUSION SOCIALE
SQUARE DE MEEUS, 18 – 1050 BRUXELLES
TEL : 0032 2 226 58 50 – FAX : 0032 2 226 58 69